



TERMO DE REFERÊNCIA
Sistema de Registro de Preços
PREGÃO ELETRÔNICO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE
MINAS GERAIS – CAMPUS AVANÇADO BOM SUCESSO
PREGÃO SRP Nº 17/2017

(Processo Administrativo n.º 23223.004803/2017-71)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais e equipamentos para estruturação da biblioteca do Campus e do laboratório multidisciplinar de Meio Ambiente, que é utilizado em aulas práticas, trabalhos e pesquisa, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento:

1.2 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão (s) e entidade (s) participante (s)

Órgão Gerenciadora - IF Sudeste de Minas - Campus Avançado Bom Sucesso (UASG 158123)					
Item	DESCRIÇÃO	Unidade de Fornecimento	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	ETIQUETA ADESIVA PROTELIVRO	Pacote com 1000 unidades	1	5	5
2	REATIVADOR - DESATIVADOR ELETRÔNICO	Unidade	1	1	1
3	CONJUNTO DE ANTENAS PARA BIBLIOTECA	Unidade	1	1	1
4	IMPRESSORA NÃO FISCAL TÉRMICA COM GUILHOTINA, COR PRETA - USB	Unidade	1	1	1
5	ESTANTE FACE DUPLA PARA BIBLIOTECA	Unidade	1	6	6
6	MICROSCOPIO TRINOCULAR PLANACROMATICO KOELHER SIENDENTOPF	Unidade	1	2	2
7	MICROSCÓPIO ESTEREOSCÓPIO TRINOCULAR COM ZOOM	Unidade	1	1	1
8	LENTE OCULAR DIGITAL PARA MICROSCOPIA DE 1,3 MEGAPIZELS	Unidade	1	1	1
9	BICO DE BÜNSEN COM REGISTRO	Unidade	1	2	2
10	AUTOCLAVE VERTICAL ANALÓGICA PARA LABORATÓRIO	Unidade	1	1	1
11	DESTILADOR DE ÁGUA PARA LABORATÓRIO TIPO PILSEN 10 litros/hora	Unidade	1	1	1
12	CAPELA DE FLUXO LAMINAR CLASSE II, A1, PARA SEGURANÇA BIOLÓGICA COMPLETA	Unidade	1	1	1

Órgão Gerenciadora - IF Sudeste de Minas - Campus Avançado Cataguases (UASG 158123)					
Item	DESCRIÇÃO	Unidade de Fornecimento	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total



1	ETIQUETA ADESIVA PROTELIVRO	Pacote com 1000 unidades	1	3	3
2	REATIVADOR - DESATIVADOR ELETRÔNICO	Unidade	1	1	1
3	CONJUNTO DE ANTENAS PARA BIBLIOTECA	Unidade	1	1	1
4	IMPRESSORA NÃO FISCAL TÉRMICA COM GUILHOTINA, COR PRETA - USB	Unidade	1	1	1
5	ESTANTE FACE DUPLA PARA BIBLIOTECA	Unidade	1	6	6

Órgão Gerenciadora - IF Sudeste de Minas - Campus Avançado Ubá (UASG 158123)

Item	DESCRIÇÃO	Unidade de Fornecimento	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	ETIQUETA ADESIVA PROTELIVRO	Pacote com 1000 unidades	1	3	3
2	REATIVADOR - DESATIVADOR ELETRÔNICO	Unidade	1	1	1
3	CONJUNTO DE ANTENAS PARA BIBLIOTECA	Unidade	1	1	1
4	IMPRESSORA NÃO FISCAL TÉRMICA COM GUILHOTINA, COR PRETA - USB	Unidade	1	1	1
5	ESTANTE FACE DUPLA PARA BIBLIOTECA	Unidade	1	6	6
6	MICROSCOPIO TRINOCULAR PLANACROMATICO KOELHER SIENDENTOPF	Unidade	1	1	1
7	MICROSCÓPIO ESTEREOSCÓPIO TRINOCULAR COM ZOOM	Unidade	1	1	1
8	LENTE OCULAR DIGITAL PARA MICROSCOPIA DE 1,3 MEGAPIZELS	Unidade	1	1	1
9	BICO DE BÜNSEN COM REGISTRO	Unidade	1	5	5
11	DESTILADOR DE ÁGUA PARA LABORATÓRIO TIPO PILSEN 10 litros/hora	Unidade	1	1	1

Órgão Participante - IF Sudeste de Minas - Campus Muriaé (UASG 158415)

Item	DESCRIÇÃO	Unidade de Fornecimento	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
2	REATIVADOR - DESATIVADOR ELETRÔNICO	Unidade	1	2	2
4	IMPRESSORA NÃO FISCAL TÉRMICA COM GUILHOTINA, COR PRETA - USB	Unidade	1	2	2

Órgão Participante – Colégio Militar de Juiz de Fora

Item	DESCRIÇÃO	Unidade de Fornecimento	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	ETIQUETA ADESIVA PROTELIVRO	Pacote com 1000 unidades	1	10	10
2	REATIVADOR - DESATIVADOR ELETRÔNICO	Unidade	1	1	1
3	CONJUNTO DE ANTENAS PARA BIBLIOTECA	Unidade	1	1	1
4	IMPRESSORA NÃO FISCAL TÉRMICA COM GUILHOTINA, COR PRETA - USB	Unidade	1	1	1
5	ESTANTE FACE DUPLA PARA BIBLIOTECA	Unidade	1	10	10
6	MICROSCOPIO TRINOCULAR PLANACROMATICO KOELHER SIENDENTOPF	Unidade	1	1	1



2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a necessidade da aquisição dos materiais e equipamentos para a biblioteca do Campus, visto que o setor não dispõe de estantes adequadas e de equipamentos que possam assegurar a segurança do patrimônio do acervo bibliográfico, assim como auxiliar o profissional nos empréstimos dos livros e demais materiais disponíveis. Dos equipamentos para o laboratório multidisciplinar de Meio Ambiente, necessita-se dos equipamentos listados para poder melhorar a qualidade das aulas ministradas no curso técnico em Meio Ambiente, suprir a demanda de equipamentos para a implantação do curso superior em tecnologia em Gestão Ambiental e favorecerá ao desenvolvimento de projetos (pesquisa e extensão) em andamento e futuros.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única referente à cada um dos empenhos, nos seguintes endereços:

4.2. **IF Sudeste MG – Campus Avançado Bom Sucesso**

Endereço: Rua da Independência, nº 30 – Bairro Aparecida – Bom Sucesso/MG, CEP: 37220-000 Telefone (35) 3841-3947 – e-mail: karla.machado@ifsudestemg.edu.br

4.3. **IF Sudeste MG – Campus Avançado Cataguases**

Endereço: Chácara Granjaria, s/nº - Granjaria -Cataguases/MG – CEP: 36773-563, Telefone: (32) 3421-1013 – e-mail: secretaria.cataguases@ifsudestemg.edu.br

4.4. **IF Sudeste MG – Campus Avançado Ubá**

Endereço: Av. Olegário Maciel, 1427 – Bairro Industrial – Ubá/MG – CEP: 36.500-000, Telefone (32) 3539-6404

4.5. **IF Sudeste MG – Campus Muriaé**

Endereço: Avenida Coronel Monteiro de Castro, 550 - Bairro Barra - Muriaé/MG - CEP: 36880-000 Telefone (32) 3696-2850

4.6. **Colégio Militar de Juiz de Fora**

Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, 5200 – Nova Era – Juiz de Fora/MG - CEP: 36.087-000, Telefone (32) 3692-5050.

4.7. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 1 ano do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.8. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.10. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.10.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições



do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



- 10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 10.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 10.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Bom Sucesso, 17 de agosto de 2017

Karla Késia Alves Machado Junqueira
SIAPE: 1650804

Oswaldo Guimarães Filho
SIAPE: 1095841

Camila da Glória de Souza
SIAPE: 1660495